



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

EVELLYN GABRIELY DAS CHAGAS DAMASCENO

**GÊNERO E DIREITOS DAS MULHERES NA PRODUÇÃO LEGISLATIVA
MUNICIPAL: UMA ANÁLISE DA CÂMARA DE BELÉM (2021-2024)**

BELÉM-PA

2026

EVELLYN GABRIELY DAS CHAGAS DAMASCENO

**GÊNERO E DIREITOS DAS MULHERES NA PRODUÇÃO LEGISLATIVA
MUNICIPAL: UMA ANÁLISE DA CÂMARA DE BELÉM (2021-2024)**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências Sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Dra. Rayza Sarmento

BELÉM-PA

2026

EVELLYN GABRIELY DAS CHAGAS DAMASCENO

**GÊNERO E DIREITOS DAS MULHERES NA PRODUÇÃO LEGISLATIVA
MUNICIPAL: UMA ANÁLISE DA CÂMARA DE BELÉM (2021-2024)**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências Sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Dra. Rayza Sarmento

APROVADO EM: ____/____/____

NOTA: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. RAYZA SARMENTO

Orientadora – UFPA

Prof. Dra. NELISSA PERALTA BEZERRA

Examinadora Interna – FACS/UFPA

Ma. BIANCA MESQUITA

Examinadora Interna – PPGCP/UFPA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à Maria Aparecida Mota das Chagas, por todo o amor, carinho e apoio que me ofereceu ao longo da minha trajetória. Sua força, sabedoria e dedicação foram fontes constantes de inspiração, incentivando-me a seguir em frente mesmo diante das dificuldades. Este trabalho é também uma forma de agradecer por tudo o que fez e continua fazendo por mim. Com profunda gratidão e afeto, dedico esta conquista à senhora.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa a conclusão de uma das etapas mais significativas da minha trajetória até o momento. Resultado de anos de estudo, dedicação e aprendizado, ele simboliza não apenas uma conquista acadêmica, mas também um período de crescimento pessoal e profissional. Ao longo desses quatro anos de graduação, tive a oportunidade de vivenciar experiências marcantes, construir conhecimentos, superar desafios e contar com o apoio de pessoas que foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Por isso, este momento é também uma oportunidade de expressar minha gratidão a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta caminhada.

Agradeço a Universidade Federal do Pará, Instituição que desempenhou papel fundamental em minha formação acadêmica, intelectual e humana. Ao longo da graduação, a universidade proporcionou um grande ambiente de aprendizado, a Universidade Federal do Pará é minha casa. Agradeço, igualmente, ao programa de Iniciação Científica pelo apoio e incentivo à pesquisa científica, fundamentais para o desenvolvimento deste estudo. A experiência proporcionada pela iniciação científica ampliou minha compreensão sobre a prática da pesquisa, contribuiu para o meu crescimento acadêmico e fortaleceu meu compromisso para a produção de conhecimento. O suporte oferecido por essas instituições foi indispensável para a concretização desta pesquisa e para a minha trajetória como estudante e pesquisadora.

Agradeço a minha querida orientadora, Rayza Sarmiento, por ter contribuído de forma tão significativa para a minha formação acadêmica e para a construção deste Trabalho de Conclusão de Curso. Sou profundamente grata pela disponibilidade, pelas orientações cuidadosas, pela paciência e pelo incentivo constante ao longo de toda esta trajetória. Mais do que orientar esta pesquisa, a senhora me ensinou que a produção do conhecimento pode caminhar lado a lado com a sensibilidade, o acolhimento e a generosidade. Levo comigo não apenas os aprendizados acadêmicos, mas também a admiração por sua dedicação à docência e pelo exemplo de profissional que representa. Meu sincero agradecimento por toda a confiança e apoio ao longo desta caminhada.

Agradeço, com todo o meu amor, carinho e gratidão, à minha mãe, Marcia Cristina Mota das Chagas, por todo o amor, dedicação e apoio incondicional ao longo da minha vida. Sua força, seus ensinamentos e seus sacrifícios foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Obrigada por acreditar em mim, mesmo quando eu mesma duvidei, e por ser meu maior exemplo de perseverança e coragem. Esta conquista também é sua, pois carrega um pouco de

cada gesto de cuidado, de cada conselho e de todo o amor que recebi de você ao longo da vida. Obrigada por ser minha maior inspiração e por tornar possível a realização de mais este sonho.

Agradeço à minha tia, Priscila Mota das Chagas, por todo o carinho, incentivo e cuidado ao longo da minha vida. Sua presença constante em minha trajetória foi essencial em diversos momentos, especialmente nos períodos em que precisei de apoio, compreensão e palavras de encorajamento. Obrigada por sempre estar ao meu lado, torcendo por mim e celebrando cada conquista como se fosse sua. Sua generosidade, seu afeto e sua confiança em mim contribuíram de forma significativa para a pessoa que me tornei. Sou muito grata por todos os conselhos, pelos gestos de cuidado e por todo o amor que sempre recebi de você. Esta conquista também carrega um pouco da sua participação, do seu incentivo e da sua presença tão importante em minha vida.

À minha avó, Maria Aparecida Mota das Chagas, expresso minha mais profunda gratidão e todo o meu amor. Seu carinho, sua sabedoria e sua generosidade marcaram minha vida de maneira única e deixaram em mim ensinamentos que levarei para sempre. Obrigada por todo o afeto, pelo cuidado constante e por ser uma das pessoas mais importantes da minha caminhada. Ao longo desses 21 anos, suas palavras gentis, seus conselhos e seu colo acolhedor foram fundamentais nos momentos de alegria e, principalmente, nos momentos de dificuldade. Em você, sempre encontrei conforto, compreensão e uma forma especial de me fazer acreditar que tudo ficaria bem. Sua presença foi um dos pilares que sustentaram minha trajetória e me ajudaram a enfrentar os desafios que surgiram ao longo do caminho.

Agradeço à minha querida amiga Bruna Mayara da Cruz Melo, que foi minha maior parceira durante todos esses anos de graduação. Sua amizade, apoio e companheirismo foram fundamentais para tornar essa caminhada mais leve. Em muitos momentos que pareciam difíceis demais, você esteve ao meu lado, oferecendo ajuda, incentivo e acolhimento. Obrigada por ter sido, ao longo dessa trajetória, uma verdadeira irmã para mim.

Agradeço ao meu melhor amigo, Abias Wilker de Almeida Flexa, por compartilhar comigo essa caminhada desde os tempos do ensino médio. Obrigada por ter acompanhado tantas fases da minha vida, conhecido diferentes versões de mim e, ainda assim, permanecido ao meu lado em todas elas. Sua amizade, lealdade e apoio constante foram essenciais ao longo dos anos. Sou muito grata por todas as conversas, pelos conselhos, pelas risadas e por estar presente tanto nos momentos felizes quanto nos mais difíceis. Ter alguém com quem posso contar há tantos anos é um dos maiores presentes que a vida me deu. Obrigada por sua

amizade sincera, por acreditar em mim e por fazer parte de forma tão especial da minha trajetória.

Agradeço à minha amiga e Parabatai Izabella Teixeira de Lima, minha grande companheira desde o ensino fundamental. Mesmo com os desafios e a correria da vida adulta, nossa amizade permaneceu firme, marcada pelo carinho, pela confiança e pela presença constante. Obrigada por estar sempre por perto, compartilhando alegrias, dificuldades e momentos tão importantes da minha trajetória.

Agradeço ao meu querido grupo de pesquisa GCODES, por todos os aprendizados, trocas e experiências compartilhadas ao longo da graduação. Esse espaço foi fundamental para o meu crescimento acadêmico, permitindo que eu desenvolvesse um olhar mais crítico e aprofundasse meu interesse pela pesquisa. Sou grata a todos os colegas que fizeram parte dessa trajetória, pelo acolhimento, incentivo e generosidade em compartilhar conhecimentos. Especialmente a minha querida amiga Thaila Kamila Vieira Leal, pela amizade, apoio e companheirismo ao longo dessa caminhada. Sua presença e incentivo foram muito importantes durante essa trajetória. Levo comigo os ensinamentos construídos coletivamente e a certeza de que essa experiência foi essencial para a realização deste trabalho.

De forma especial, sou grata ao meu grande companheiro, Rafael Abraão Canela de Melo, por caminhar ao meu lado durante esta etapa tão importante da minha vida. Obrigada pelo apoio, pela paciência, pela compreensão nos momentos mais difíceis e por celebrar comigo cada pequena conquista ao longo dessa trajetória. Sua presença constante me deu forças para seguir em frente mesmo diante dos desafios.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, fizeram parte desta trajetória e contribuíram para que este trabalho se tornasse possível. Ao longo desses anos, fui cercada por apoio, incentivo, carinho, escuta e generosidade, elementos que foram essenciais não apenas para a conclusão deste Trabalho de Conclusão de Curso, mas também para a minha permanência e crescimento dentro da universidade. Este trabalho é resultado de muito esforço individual, mas também das inúmeras mãos que me sustentaram ao longo do caminho. Cada palavra de incentivo, cada gesto de cuidado e cada troca de conhecimento tiveram um papel importante na construção desta conquista. Mais do que o encerramento de uma etapa acadêmica, este TCC representa uma trajetória de aprendizados, desafios superados, amadurecimento e transformação. Por isso, esta conquista jamais será apenas minha, mas de todos aqueles que caminharam ao meu lado e acreditaram em mim ao longo dessa jornada. Obrigada!

Gênero e direitos das mulheres na produção legislativa municipal: uma análise da Câmara de Belém (2021-2024)¹

Evellyn Gabriely Das Chagas Damasceno²

Resumo: Este artigo analisa a produção legislativa elaborada na Câmara Municipal de Belém (CMB) entre 2021 e 2024 acerca dos temas relativos a gênero e direitos das mulheres. A abordagem metodológica utilizada foi a análise de conteúdo que permitiu identificar padrões, recorrências e orientações políticas predominantes no conjunto de proposições. Foram encontrados 112 projetos de lei, propostos majoritariamente por parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o que indica uma maior atuação destas bancadas na pauta de gênero no âmbito legislativo municipal. Observou-se que o tema mais comum entre os projetos foi a violência contra a mulher, seguido de iniciativas de caráter comemorativo ou de homenagem, evidenciando tanto a centralidade da agenda de enfrentamento às desigualdades quanto a persistência de práticas legislativas simbólicas.

Palavras-chave: gênero, Câmara, produção legislativa.

Abstract: This article analyzes the legislative output produced in the Belém City Council (CMB) between 2021 and 2024 regarding gender and women's rights. The methodological approach used was content analysis, allowing the identification of patterns, recurrences, and predominant political orientations in the set of proposals. A total of 112 bills were found, proposed mainly by parliamentarians from the Workers' Party (PT) and the Socialism and Liberty Party (PSOL), indicating a greater presence of these groups on the gender agenda within the municipal legislative sphere. It was observed that the most common theme among the bills was violence against women, followed by commemorative or tribute initiatives, highlighting both the centrality of the agenda to combat inequalities and the persistence of symbolic legislative practices.

Keywords: gender, Council, legislative production.

¹ Trabalho de conclusão de curso, no formato artigo, desenvolvido com o apoio do Programa PIBIC/UFPA.

² Graduanda em Ciências Sociais pela UFPA. Bolsista PIBIC UFPA. Integrante do GCODES/UFPA. evellyn.damasceno.ufpa.br. Orientadora: Prof. Rayza Sarmento

Introdução

Nas últimas décadas, o enfrentamento à desigualdade de gênero tem ganhado centralidade no debate público e institucional brasileiro, refletindo tanto nos avanços normativos quanto nas resistências estruturais enraizadas nas dinâmicas de poder político. No âmbito legislativo, especialmente em instâncias locais, como as Câmaras Municipais, a formulação de projetos de lei relacionados à igualdade de gênero constitui não somente como uma resposta às reivindicações históricas dos movimentos feministas e LGBTQIA +, mas também uma arena estratégica de disputa simbólica e jurídica. Com isso, a pesquisa buscou compreender quais projetos de lei sobre gênero e direitos das mulheres foram propostos na última legislatura finalizada na Câmara Municipal de Belém (CMB), no período de 2021 a 2024.

A escolha por investigar o legislativo municipal se justifica pela sua importância como instância de mediação direta entre Estado e sociedade civil, onde se expressam, de forma concentrada, as tensões, avanços e limites da representação política. No contexto paraense, caracterizado por um histórico de sub-representação feminina e predominância de estruturas político-partidárias marcadamente masculinas, torna-se ainda mais relevante examinar como tais desigualdades se traduzem (ou são tensionadas) nas proposições legislativas. Para tanto, a pesquisa adotou como metodologia a análise de conteúdo, aplicada a um conjunto de 112 projetos de lei protocolados na CMB ao longo do período analisado.

A análise aqui proposta é guiada por um referencial teórico que compreende o gênero como uma categoria relacional e constitutiva das estruturas sociais e políticas, conforme delineado por Joan Scott (1986). Ao considerar o campo legislativo como *locus* de institucionalização de normas e significados sociais, este estudo buscou mapear a produção legislativa da CMB e interpretar criticamente como ela reflete, perpétua ou contesta as desigualdades de gênero. Dessa forma, este artigo contribui para o entendimento das dinâmicas locais de representação e formulação de políticas públicas sensíveis ao gênero, evidenciando as potencialidades e limites da ação legislativa municipal na promoção da equidade e da justiça social.

Discussão teórica

Nesta seção, apresenta-se a discussão teórica que norteia esta pesquisa. Parte-se da premissa de que as categorias de gênero transcendem meras classificações identitárias, configurando-se como dispositivos analíticos imprescindíveis para a compreensão crítica das relações de poder institucionalizadas, com ênfase no âmbito legislativo. Sob a perspectiva de Joan Scott (1986), o gênero é concebido como uma categoria analítica relacional, estruturante das dinâmicas sociais e políticas. Para a autora, mas consolida-se como uma "forma primária de significar as relações de poder" (Scott, 1986, p. 42).

Ao postular o gênero como um saber que estabelece significados para as diferenças percebidas entre os corpos, Scott introduz uma perspectiva crítica que desloca o debate da mera "diferença entre os sexos" para a compreensão das estruturas que produzem e legitimam desigualdades. A autora argumenta que o gênero é composto por quatro elementos articulados, essenciais para a análise do campo político: primeiramente, os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações míticas ou normativas; em segundo lugar, os conceitos normativos que buscam fixar o sentido desses símbolos em doutrinas religiosas, científicas ou jurídicas, operando, usualmente, sob uma lógica binária que restringe as possibilidades de existência.

O terceiro elemento, fundamental para este estudo, refere-se às instituições e organizações sociais, das quais a política e o sistema de parentesco fazem parte. Scott (1986) sublinha que o gênero não está confinado à esfera doméstica; é o próprio terreno onde a política se constrói e o Estado se legitima. Por fim, a identidade subjetiva constitui a forma como os indivíduos se posicionam e são posicionados nessas estruturas. A partir desse referencial quadrangular, torna-se possível examinar como determinadas proposições legislativas operam não apenas como textos técnicos, mas como artefatos que participam na manutenção ou na subversão das assimetrias de poder, evidenciando o papel normativo do Estado na institucionalização das relações de gênero.

A contribuição de Scott é, portanto, de natureza epistemológica: ela permite desnaturalizar a política institucional, percebendo-a não como um espaço neutro que "recebe" sujeitos, mas como uma estrutura cuja linguagem e organização foram forjadas através da exclusão baseada no gênero. Assim, a análise da produção legislativa nas Câmaras Municipais revela como o Estado mobiliza categorias de gênero para organizar a vida pública, chancelando quais demandas são legítimas. Por conseguinte, compreende-se que a política institucional é um espaço historicamente forjado sob a égide do masculino, materializando e reproduzindo as normas de gênero (Scott, 1986). Nesse sentido, a sub-representação feminina

e LGBTQIA+ nos legislativos municipais reflete um padrão enraizado em uma cultura política hostil aos sujeitos não hegemônicos, manifestando-se tanto na estrutura partidária quanto nos obstáculos institucionais que dificultam o acesso e a permanência no poder.

No cenário político paraense, em consonância com a conjuntura nacional, a hegemonia masculina nos espaços de poder explicita um padrão de exclusão sustentado por vetores sociais, culturais e institucionais que reproduzem desigualdades estruturais. Conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) relativos ao pleito municipal de 2024, embora as mulheres constituam a maioria do eleitorado no Pará — representando aproximadamente 51% dos votantes em diversos municípios, incluindo a capital —, sua representação nas Câmaras Municipais permanece desproporcional. Em âmbito nacional, o percentual de vereadoras eleitas em 2024 registrou um incremento modesto, atingindo 18,2%. No Pará, tal disparidade corrobora a tese de Scott (1986) de que o gênero opera como um diferencial de poder: o sistema político instrumentaliza a diferença sexual para naturalizar a exclusão de mulheres e corpos dissidentes dos processos decisórios.

A sub-representação feminina não apenas restringe a pluralidade nas deliberações legislativas, como compromete a formulação de políticas públicas sensíveis às demandas de identidades marginalizadas. Visando mitigar essas assimetrias, consolidaram-se ações afirmativas como a Lei nº 9.504/1997, que estabelece a cota de gênero de, no mínimo, 30% e, no máximo, 70% para candidaturas em cada chapa. Embora represente um avanço na inclusão formal, a eficácia dessa legislação, como aponta a literatura feminista contemporânea, está condicionada à distribuição equitativa de recursos e ao enfrentamento das resistências simbólicas. A representação efetiva, portanto, transcende a presença física; demanda que a política deixe de ser um domínio de significação do poder estritamente masculino para se converter em um espaço de pluralidade democrática.

A problemática da ampliação da presença feminina nos espaços de poder ultrapassa a busca por paridade estatística, situando-se no cerne da redefinição do conceito de democracia. Para Sacchet (2012), a sub-representação de mulheres é um sintoma de déficits democráticos que comprometem a legitimidade do sistema representativo. A autora sustenta que a inclusão feminina é um imperativo de justiça corretiva, visto que um grupo majoritário na composição demográfica não deve permanecer sistematicamente alijado das decisões que moldam a vida social. Nessa perspectiva, a presença de mulheres é pré-requisito para que experiências historicamente negligenciadas pelo "universalismo" masculino sejam traduzidas em agendas públicas e propostas legislativas concretas.

Complementarmente, Sanchez (2015) enfatiza que a relevância da participação feminina reside na capacidade de tensionar a suposta neutralidade das instituições. Ao ocupar assentos nas Câmaras Municipais, as mulheres aportam saberes derivados de suas posições na estrutura social, o que Sanchez (2015) caracteriza como o potencial para a construção de uma representação substantiva. Desse modo, a representação descritiva (presença física) deve atuar como catalisadora da transformação do conteúdo político, permitindo que temas como a economia do cuidado, a autonomia reprodutiva e o enfrentamento às violências de gênero deixem a periferia do debate e passem a ocupar o centro da produção normativa do Estado.

Portanto, a urgência de uma representação feminina ampliada nos cenários nacional e paraense justifica-se, portanto, pela imperatividade de romper com o monopólio da significação do poder descrito por Scott (1986). Conforme postula Sacchet (2012), a inserção de mulheres na política desafia a cultura institucional que naturaliza o masculino como o arquétipo do "sujeito político". Não se trata meramente de integrar mulheres em estruturas preexistentes, mas de transformá-las para que o fazer político reflita a pluralidade da experiência humana. Na perspectiva de Sanchez (2015), a inclusão efetiva atua como um mecanismo de oxigenação democrática, garantindo que o Poder Legislativo transcenda o falar sobre as mulheres para se tornar um espaço onde estas falam por si e para a sociedade, desestabilizando as hierarquias de gênero que sustentam a desigualdade política.

Essa necessidade de expansão nos espaços de decisão, contudo, colide com mecanismos de resistência que operam no cotidiano das casas legislativas. Ao analisar as relações de poder na Câmara dos Deputados, Mano (2015) demonstra que o acesso ao parlamento não assegura, automaticamente, a alteração das assimetrias arraigadas na instituição. A autora argumenta que o ato de "legislar sobre mulheres" é frequentemente atravessado por uma disputa de sentidos, na qual o campo político, historicamente androcêntrico, tensiona a domesticação das demandas femininas, confinando-as a temas socialmente tidos como "naturais" ao universo feminino, como a assistência social e a família, em detrimento de questões centrais de ordem econômica, orçamentária ou de infraestrutura (Mano, 2015).

Tal dinâmica revela que a sub-representação assume faces numérica, funcional e temática. Segundo Mano (2015), às parlamentares enfrentam uma estrutura que opera por meio de exclusões sutis, nas quais a autoridade política é distribuída de forma desigual. Mesmo quando investidas de mandato, as mulheres são, recorrentemente, mantidas à margem de comissões finalísticas estratégicas ou de relatorias de projetos de alto impacto, evidenciando que o gênero permanece, nos termos de Scott (1986), como um diferencial de

poder institucionalizado. Para a autora, a eficácia da atuação parlamentar feminina depende da capacidade de subverter a lógica dos guetos temáticos, reivindicando a legitimidade para legislar sobre a totalidade da vida pública.

O legislativo municipal e as demandas de gênero

As Câmaras Municipais, em razão de sua proximidade e atuação direta na formulação de políticas públicas locais, constituem espaços estratégicos para a análise da representação política e da efetividade democrática. Como destacam Rocha e Kerbauy (2014), embora esses legislativos possuam potencial para promover a inclusão e a equidade, enfrentam entraves estruturais significativos, tais como a fragilidade na transparência ativa, os limites impostos pela lógica partidária e as distorções dos mecanismos eleitorais vigentes. Tais fatores comprometem a representatividade de grupos historicamente marginalizados como mulheres e a população LGBTQIA + , dificultando a ressonância de suas vozes no processo decisório.

Nesse mesmo sentido, Rocha e Filho (2024) argumentam que a política local não pode ser compreendida apenas como a instância mais próxima do cidadão, mas como um espaço permeado por disputas simbólicas e materiais que estruturam a forma como a representação política se concretiza no cotidiano institucional. Os autores ressaltam que a dinâmica das Câmaras Municipais evidencia tanto a reprodução quanto a contestação de hierarquias sociais, evidenciando, assim, o papel central desses legislativos na articulação entre demandas sociais e agendas políticas. Nesse cenário, compreender a morfologia das instituições políticas locais é essencial para desvelar como as desigualdades de gênero são reproduzidas ou contestadas, especialmente em um país marcado por profundas assimetrias regionais.

No federalismo brasileiro, consolidado pela Constituição Federal de 1988, a autonomia municipal manifesta-se em tríplice dimensão: política, administrativa e financeira. A autonomia política assegura aos entes federados a prerrogativa de eleger chefes do Executivo e membros do Legislativo sem interferência direta das instâncias estaduais ou federais. A dimensão administrativa, por sua vez, confere competência para legislar sobre assuntos de interesse local, enquanto a financeira permite a gestão de receitas próprias e a aplicação de recursos conforme as contingências locais. Rocha e Filho (2024) acrescentam que, apesar dessa garantia formal de autonomia, a capacidade de ação dos municípios é profundamente condicionada por fatores estruturais como dependência de transferências intergovernamentais, desigualdades fiscais e fragilidade técnico-administrativa, que impactam

diretamente a atuação das Câmaras Municipais na mediação de conflitos e na ampliação do espaço democrático. Assim, embora submetidos ao mesmo arcabouço jurídico-normativo, os municípios apresentam dinâmicas institucionais heterogêneas, influenciadas por particularidades demográficas e territoriais que afetam a qualidade da representação política.

Rocha e Kerbaux (2014) ilustram essa disparidade ao contrastarem realidades demográficas extremas, como o município de Serra da Saudade (MG) - o menor do país - e a metrópole de São Paulo (SP). Essa assimetria evidencia que os desafios políticos e as demandas sociais variam drasticamente conforme o porte populacional e a complexidade institucional de cada localidade. Complementando essa ilustração, Rocha e Filho (2024) ressaltam que a política local é marcada por arranjos configurados no encontro entre elites políticas tradicionais, burocracias locais e redes comunitárias, o que confere singularidade às formas de representação municipal. Consequentemente, a análise da produção legislativa e do perfil dos representantes deve considerar que as estruturas de poder locais não são uniformes; elas são moldadas por contextos socioeconômicos que podem tanto cristalizar quanto desafiar hegemonias tradicionais, exigindo um olhar sensível às especificidades do “chão da política” municipal.

Desde o pleito municipal de 2020, observa-se um incremento quantitativo nas candidaturas femininas à Câmara Municipal de Belém (CMB), com destaque para a ascensão de mulheres negras aos cargos eletivos. Esse fenômeno, embora proporcionalmente modesto frente ao déficit histórico, reflete a convergência de esforços institucionais e mobilizações coletivas voltadas à mitigação da exclusão de grupos sub-representados. Contudo, tal avanço colide com barreiras estruturais persistentes que dificultam a conversão de candidaturas em mandatos efetivos. Conforme asseveram Sarmiento et al. (2023), documentar a sub-representação feminina nos espaços de poder é um imperativo analítico, fundamentado na premissa de que a ausência dessas vozes compromete a pluralidade democrática e retarda a consolidação de uma sociedade equânime.

É importante destacar que a autonomia não se confunde com soberania, pois se tratam de conceitos distintos. A soberania corresponde ao poder supremo do Estado, caracterizado pela ausência de subordinação a outra autoridade no âmbito interno (Rocha e D’Avila Filho, 2024). Já a autonomia refere-se à capacidade de autogoverno exercida dentro dos limites estabelecidos pela Constituição. No caso dos municípios, essa autonomia permite legislar sobre assuntos de interesse local, organizar sua estrutura administrativa e gerir seus recursos financeiros. Contudo, o exercício dessas competências deve respeitar os princípios e normas definidos pela Constituição (Estadual e Federal), não se configurando, portanto, como poder

soberano, mas como atuação delimitada quanto às suas competências. Assim, a autonomia pode operar tanto como instrumento de ampliação de direitos quanto como mecanismo de reprodução de desigualdades, a depender das dinâmicas políticas, ideológicas e institucionais que caracterizam cada contexto municipal.

Sob essa ótica, a escassez de representatividade feminina e LGBTQIA + nos legislativos municipais é sintomática de uma cultura política refratária a sujeitos não hegemônicos. Esse cenário encontra eco em estudos sobre a Câmara Municipal de São Paulo, os quais demonstram que a histórica interdição das mulheres ao espaço privado resultou em uma inserção política tardia e eivada de obstáculos (Silva; Carvalho; Cavalcante, 2017). Todavia, a reconfiguração das dinâmicas sociais tem gerado reflexos graduais na composição das bancadas: em 2017, o número de vereadoras na capital paulista registrou um aumento expressivo em relação à legislatura precedente, sinalizando uma transição nas trajetórias de ocupação do espaço público.

A relevância dessa presença feminina transcende a dimensão descritiva, incidindo diretamente na substantividade das agendas públicas. Pesquisas conduzidas nas Câmaras Municipais do ABC Paulista evidenciam que a ocupação desses espaços por parlamentares mulheres tende a priorizar proposições legislativas voltadas aos direitos humanos, ao enfrentamento das violências de gênero e ao fortalecimento das redes de assistência social e saúde materna (Stuchi e Alves, 2018). Tais representantes, frequentemente oriundos de movimentos sociais, atuam como catalisadores de pautas progressistas essenciais para o tensionamento das desigualdades estruturais que balizam o sistema político brasileiro.

Metodologia

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo sobre os projetos de lei (PLs) referentes à questão abordada. Ademais, a metodologia de análise de conteúdo, com base em Sampaio e Lycarião (2021), permitiu organizar e interpretar sistematicamente os projetos de lei, possibilitando identificar padrões, recorrências temáticas e tendências legislativas relacionadas à agenda de gênero e aos direitos das mulheres no âmbito municipal. No site oficial da CMB, especificamente no banco de proposições,³ Procedemos a busca dos documentos a partir das palavras-chave “Feminina”, “Feminino”, “Gênero” e “Mulher”. As proposições foram avaliadas a partir de um livro de códigos, em que foram coletadas variáveis como os anos dos PLs, suas identificações numéricas e o atual estado de tramitação. Sobre os e as parlamentares que propuseram os

³ Informações obtidas a partir do site da Câmara <https://cmb.pa.gov.br/projetos-de-lei-em-tramitacao/>
Acesso em: 28 de maio.2026

projetos, coletamos informações sobre autodeclaração racial, gênero e os partidos políticos que eles integravam no período da proposição.

Acerca dos temas das propostas, foram analisados a partir de uma lista temática, baseada na literatura sobre projetos de lei, bem como nas discussões específicas de gênero e política apresentadas anteriormente: 1) homenagens, datas celebrativas e utilidade pública; 2) violência contra a mulher; 3) cultura ou religião; 4) educação; 5) saúde; 6) representação política; 7) empregabilidade e renda; 8) mobilidade e transporte; 9) infância, adolescência e crianças; 10) esporte e lazer; 11) administrativo (relativo a leis criadas para funcionamento interno da Câmara); 12) políticas do cuidado; 13) política sobre maternidade e paternidade; 14) habitação e moradia; 15) segurança pública; 16) sexualidade; 17) órgãos ou documentos institucionais; 18) política antidiscriminatória; 19) questão racial. A seguir, apresentamos a frequência das variáveis e analisamos a presença dos temas na produção da CMB.

Análise dos dados

À luz do referencial teórico apresentado, torna-se imprescindível observar como as dinâmicas de gênero se concretizam no interior das instituições políticas, especialmente em espaços historicamente marcados por assimetrias de poder. A produção legislativa da Câmara Municipal de Belém, nesse sentido, configura-se como um campo privilegiado para analisar de que maneira categorias de gênero compreendidas como dispositivos estruturantes e não neutros orientam prioridades políticas, moldam agendas e influenciam a distribuição de recursos simbólicos dentro do Estado.

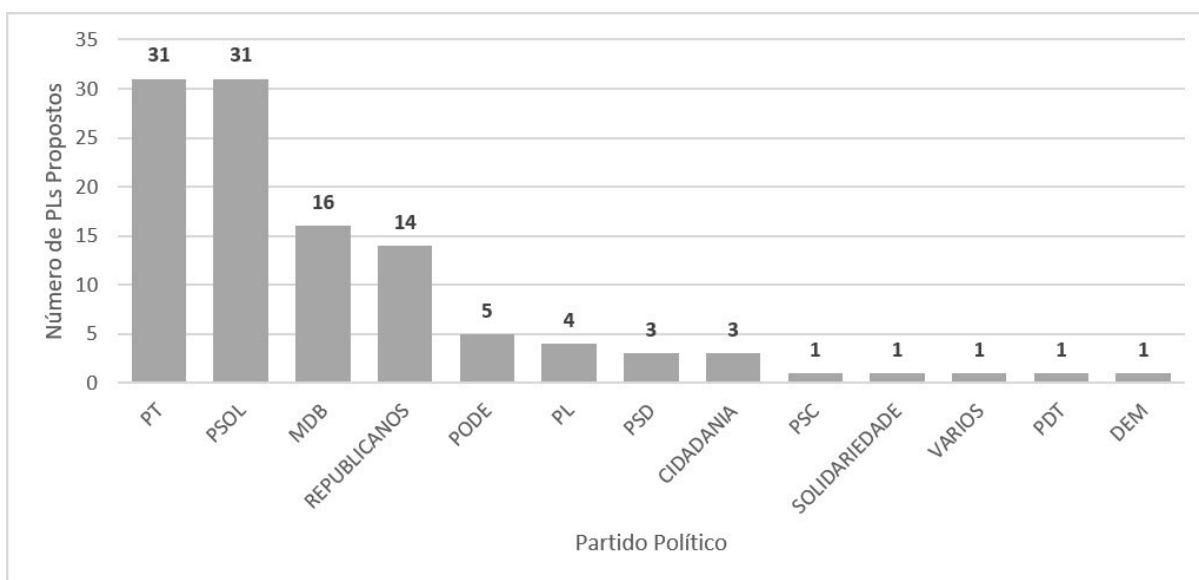
A análise empírica dos projetos de lei permite identificar padrões consistentes de atuação parlamentar, bem como tensões entre a ampliação das demandas de grupos sub-representados e a persistência de estruturas normativas que historicamente limitaram a presença de mulheres e pessoas LGBTQIA+ na esfera decisória. Em outras palavras, ao examinar quais temas se tornam objetos de legislação, quem os propõe e com quais frequências, é possível evidenciar como a política institucional reproduz ou, em alguns casos, tensiona os significados generificados do poder discutidos por Scott (1986), Sacchet (2012) e Sanchez (2015). Assim, os dados sistematizados nesta pesquisa não são meramente descritivos, mas constituem uma via de acesso às relações desiguais que sustentam o campo político e às estratégias pelas quais diferentes atores tentam reconfigurá-lo.

No período da última legislatura, de 2021 a 2024, foram encontrados 112 projetos de lei (PLs) referentes à mulher e gênero na Câmara Municipal de Belém, a partir das

palavras-chave supramencionadas. Os anos de 2021 e 2022 foram aqueles com maior número de criações de PLs, correspondendo a 32,14% e 29,46% dos totais pesquisados durante a última legislatura, respectivamente.

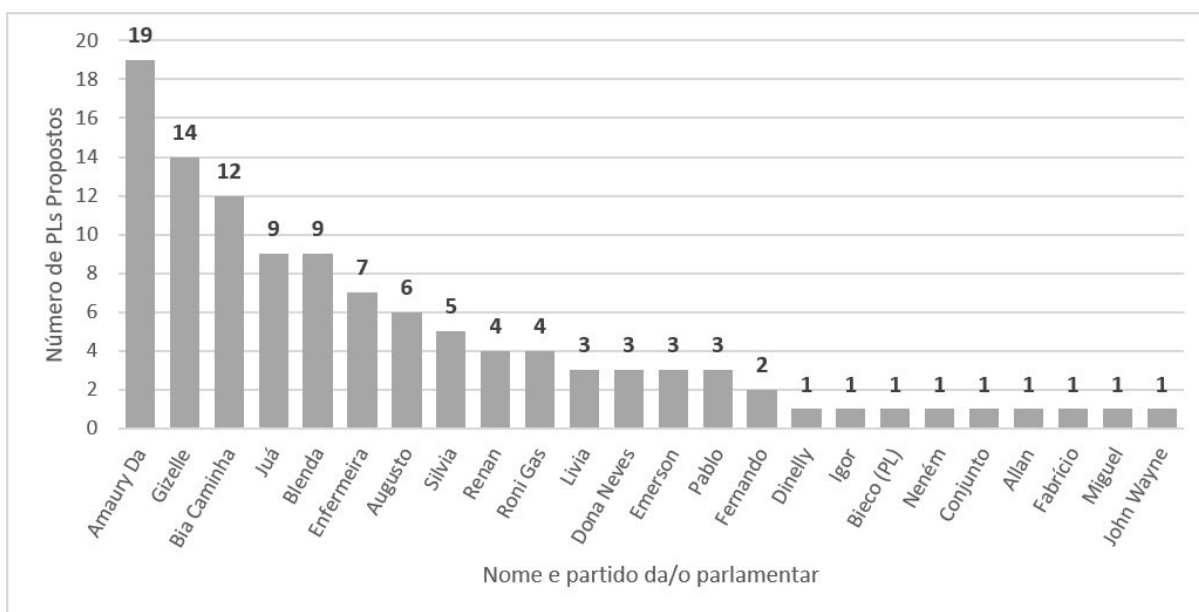
Com foco nos partidos que mais propuseram projetos de lei referentes a temática, é notória a concentração nas organizações de espectro ideológico de esquerda na CMB, com protagonismo do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), ambos com 27,67% (31 projetos de lei) dos PLs, seguido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) com 16 projetos. Conforme visto no gráfico 1:

Gráfico 1: PLs por partido político (2021 a 2024)



Fonte: Dados da Pesquisa

Partindo disto, percebe-se que majoritariamente dentre os 12 partidos que fizeram parte da coleta, organizações do espectro ideológico de esquerda se destacam mais na produção legislativa referente aos projetos sobre gênero no legislativo e se adaptam mais a pautas progressistas. Esse resultado sugere que tais partidos tendem a incorporar com maior frequência pautas associadas à igualdade de gênero em suas agendas políticas e legislativas. A literatura sobre representação política aponta que partidos de esquerda historicamente demonstram maior abertura às demandas de grupos sub-representados, especialmente das mulheres, favorecendo a formulação de propostas voltadas à ampliação de direitos e ao enfrentamento das desigualdades sociais (Sacchet, 2012; Sanchez, 2015). Assim, observa-se que os partidos desempenham um papel importante na definição das pautas legislativas, o que se reflete nas diferentes formas de compreender e promover a representação política.

Gráfico 2: Parlamentares que mais produziram PLs (2021-2024)

Fonte: Dados da pesquisa

Os dados apontam que durante a última legislatura houve uma liderança sobre os PLs propostos pelo parlamentar Amaury da APPD, do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo 19 projetos que correspondem a 16,96% do total coletado. Amaury de Souza Filho, amplamente reconhecido por sua ligação com a Associação Paraense das Pessoas com Deficiência (APPD), é um homem de 69 anos, natural de Alenquer, no interior do estado do Pará. Com formação em Sociologia, construiu uma carreira marcada pelo engajamento social e pela defesa de políticas públicas inclusivas. Sua experiência de cerca de 20 anos no legislativo contribui para uma atuação consistente e estratégica, refletida tanto na quantidade quanto na relevância dos projetos apresentados. Ao longo de sua trajetória, tem se destacado por articular demandas de grupos historicamente marginalizados, consolidando sua imagem como uma liderança comprometida com a equidade social e o fortalecimento de direitos no âmbito municipal.⁴

Em seguida, está a vereadora Gizelle Freitas, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) com 14 (12,50%) projetos de lei propostos. Gizelle Soares de Freitas nasceu em

⁴ Informações obtidas a partir dos sites

<https://www.oliberal.com/belem/pessoas-com-deficiencia-precisam-cobrar-politicas-publicas-de-inclusao-social-1.467424?>

<https://portalcanaa.com.br/eleicoes/?a=2016&c=VEREADOR&i=478361&nome=AMAURY+DA+APPD&y=10093621272>. Acesso em: 30 de maio. 2026

1982, em Belém-PA. É assistente social, militante de direitos das mulheres e do movimento antirracista. Como destacam Sarmento et al. (2023), sua atuação se insere em uma trajetória mais ampla de mulheres negras que disputam e ocupam espaços políticos na cidade. Ela fez parte do mandato coletivo “Bancada Mulheres Amazonidas”, o primeiro do Norte do país, composto por quatro co-vereadoras contando com ela: Kamilla Sastre, Jane Patrícia e Fafá Guilherme. A bancada atuou durante seu mandato com ênfase em propostas sobre combate ao racismo ambiental, feminicídio, moradia, inclusão LGBTQIAPN+, direitos de pessoas com deficiência, demarcação de terras indígenas e quilombolas, alimentação saudável e justiça climática⁵.

Em terceiro lugar, está a parlamentar Bia Caminha, do Partido dos Trabalhadores (PT) com 12 (10,71%) projetos propostos. Eleita em novembro de 2020, aos 21 anos, Bia tornou-se a vereadora mais jovem da história de Belém, com 4.874 votos. Bia pautou sua atuação na defesa das mulheres, da população negra, da comunidade LGBTQIA+, dos povos indígenas, quilombolas, das juventudes, da educação pública, cultura e inclusão social. Durante o mandato, Bia foi alvo de diversas ameaças, incluindo mensagens racistas e LGBTfóbicas encaminhadas por e-mail. Segundo ela e o PT-PA, o perfil desses ataques sugere motivação política, racial e de gênero⁶.

Ademais, quando se observa os temas dos PLs analisados, é notório que há uma concentração na temática violência contra a mulher (assédio, violência doméstica, ...), sendo 50 projetos sobre o tema. O segundo tema mais comum dos projetos são as homenagens, dias de celebração e utilidade pública, com 12 projetos de lei (10,71%). A violência contra a mulher é um tema ainda presente na vida dessas mulheres brasileiras, sobretudo no contexto paraense. Um exemplo da produção é o PL de número 343/2023, o qual “dispõe sobre a obrigatoriedade de bares, restaurantes e casas noturnas adotarem medidas de auxílio e segurança à mulher que se sinta em situação de risco nas dependências desses estabelecimentos, no Município de Belém do Pará, de autoria da então parlamentar petista Bia Caminha.

A predominância de projetos voltados ao enfrentamento da violência contra a mulher sugere que essa temática ocupa posição central na agenda legislativa municipal relacionada aos direitos das mulheres. Tal resultado dialoga com a literatura especializada, que aponta a

⁵ Informações obtidas a partir do site da Câmara. Ver <https://cmb.pa.gov.br/bancada-mulheres-amazonidas-psol-toma-posse-nesta-segunda-feira-na-camara-municipal-de-belem>. Acesso em: 23 de julho. 2025.

⁶ Informações obtidas a partir dos sites: <https://pt.org.br/pt-denuncia-ameaca-de-morte-a-vereadora-bia-caminha-do-pt-de-belem>. <https://amnb.org.br/no-para-bia-caminha-representa-a-nova-cara-da-politica>. Acesso em 23 de julho. 2025

violência de gênero como uma das pautas mais institucionalizadas e consensuais no âmbito da representação política feminina. Conforme observam Sarmento e Amaral (2025), ao analisarem a produção legislativa da ALEPA, o combate à violência contra a mulher constitui o tema mais recorrente das proposições voltadas à agenda de gênero, refletindo a capacidade dessa problemática de mobilizar parlamentares de diferentes posicionamentos ideológicos. No caso da Câmara Municipal de Belém, a expressiva quantidade de projetos sobre o tema demonstra não apenas a permanência da violência como problema público relevante, mas também o reconhecimento institucional da necessidade de ampliar mecanismos de proteção, prevenção e acolhimento às mulheres. Dessa forma, a atuação legislativa observada evidencia a incorporação de demandas historicamente construídas pelos movimentos de mulheres e feministas ao debate político local.

A segunda temática mais proposta pelos parlamentares foi “Homenagens, dias de celebração, dia alusivo, utilidade pública”, o que mostra também como os parlamentares lidam com temas de que exigem uma base orçamentária menor e com chance crescente de aprovação. Um exemplo do segundo tipo mais comum de PL é o n. 364/2022, proposto pela parlamentar psolista Gizelle Freitas, que busca incluir “no calendário de eventos do Município de Belém o dia 14/03 como o “Dia Marielle Franco-Dia Municipal de Combate à Violência Política Contra as Mulheres, Pessoas Negras e Indígenas, e Pessoas LGBTQIA+.

A predominância de projetos relacionados a homenagens e datas comemorativas chama atenção para a forma como as pautas de gênero são incorporadas à atuação legislativa municipal. Conforme observa Mano (2015), legislar sobre mulheres também envolve disputas acerca de quais demandas são reconhecidas e consideradas relevantes no espaço político. Nesse sentido, o destaque desse tipo de proposição sugere que parte dessas pautas têm encontrado espaço por meio de iniciativas voltadas ao reconhecimento e à visibilidade de determinados grupos e temas. Ao mesmo tempo, esse cenário levanta questões sobre os limites da atuação legislativa na promoção de mudanças mais concretas, tornando relevante observar quais propostas conseguem avançar ao longo da tramitação e efetivamente se transformarem em leis.

Tendo em vista isso, dos 112 PLs em tramitação e dos 12 temas analisados na Câmara Municipal de Belém (CMB), somente 14 (12,5%) foram aprovados e viraram lei.

Quadro I: Projetos de lei que foram aprovados (2021- 2024)

N./ano	Ementa
--------	--------

25752021/2021	Institui no Município de Belém a “Semana do Empreendedorismo Feminino do Distrito de Icoaraci” e dá outras providências
23992021/2021	Reconhece como de utilidade pública para o município de Belém a associação de mulheres e artesãos do estado do Pará-AMAEP e dá outras providências
22482021/2021	Altera a Lei Nº 9.647, de 23 de dezembro de 2020, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação pelos condomínios residenciais e comerciais localizados no município de Belém, aos órgãos de segurança pública, quando houver em seu interior a ocorrência ou indícios de ocorrência de violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente ou idoso”, e dá outras providências
16972021/2021	Altera o artigo 1º da Lei Nº 7.637, de 24 de maio de 1993, que “Dispõe sobre o uso dos espaços publicitários nos ônibus e abrigos de espera para campanhas educativas contra a violência à mulher, ao idoso, ao deficiente e ao menor”, e dá outras providências
5102021/2021	Institui no município de Belém, a semana municipal de atenção à saúde da mulher no estado de Climatério ou Pós-Climatério, e dá outras providências
6512022/2022	Institui no calendário oficial do Município de Belém o Dia Municipal da Mulher Sambista, a ser celebrado anualmente no dia 13 de abril e dá outras providências
2092022/2022	Dispõe sobre a proibição de utilização de recursos públicos para a contratação de artistas que desvalorizam, incentivam a promoção de violência, ou exponham mulheres a situação de constrangimento
82022/2022	Dispõe sobre a obrigatoriedade da veiculação a respeito da violência contra mulheres e campanhas informativas referentes a este tema em estádios de futebol de Belém
13062023/2023	Determina o pagamento de multa aos estabelecimentos comerciais no Município de Belém que vierem a praticar ou permitir, no exercício de suas atividades, ato discriminatório contra pessoas em razão de sua raça, orientação sexual ou identidade e expressão de gênero, além da cassação dos alvarás de funcionamento, independente das sanções previstas em outros dispositivos, e dá outras providências
3252023/2023	Institui a “Semana de Enfrentamento à Violência Política de Gênero” iniciada anualmente, no dia 14 de março e dá outras providências

19712023/2023	Reconhece como de Utilidade Pública para o Município de Belém, a Associação de Mulheres Guerreiras do Bairro do Tenoné-AMGBT e dá outras providências
15652023/2023	Reconhece como de Utilidade Pública para o Município de Belém a “Associação Comunitária UNIDOS CASTANHEIRA, mulher destaque” e dá outras providências
7772023/2023	Institui o Direito às Mulheres de indicar acompanhante durante consultas, exames e procedimentos cirúrgicos, para os quais haja necessidade de sedação ao paciente no Município de Belém e dá outras providências
6662023/2023	Institui, o Calendário Oficial do Município de Belém, o Dia Municipal da Mulher Indígena “Tuíra Kayapó”, a ser celebrado, anualmente no dia 5 de setembro

Fonte: Dados da pesquisa

A análise dos projetos que viraram lei evidencia que a categoria mais recorrente na produção legislativa examinada corresponde às homenagens e celebrações. Esse resultado demonstra uma significativa concentração de proposições voltadas ao reconhecimento de personalidades, instituições, datas comemorativas e eventos relevantes para a sociedade local. Tal característica dialoga com os estudos sobre poder legislativo municipal, que destacam a importância das funções simbólicas e representativas exercidas pelos vereadores no âmbito local (Rocha e Kerbaui, 2014; Rocha e D’Avila Filho, 2024). Embora tais iniciativas possuam importância simbólica e contribuam para a memória coletiva, sua predominância sugere uma atuação legislativa fortemente direcionada ao reconhecimento público, em detrimento de propostas voltadas à formulação de políticas públicas de maior impacto social.

Considerações finais

A análise da produção legislativa da Câmara Municipal de Belém (CMB) entre 2021 e 2024 revelou um cenário complexo, marcado tanto por avanços quanto por limitações na institucionalização de pautas de gênero e direitos das mulheres. A predominância de projetos de lei voltados ao enfrentamento da violência de gênero evidencia a importância dessa agenda no debate legislativo local, ainda que, em muitos casos, essas proposições assumam um caráter reativo e simbólico, mais do que estrutural e transformador. A presença significativa de parlamentares dos partidos PT e PSOL entre os autores dos projetos indica uma maior

sensibilidade programática desses campos político-partidários às demandas historicamente formuladas pelos movimentos feministas e LGBTQIA +, ainda que a representação desses grupos no parlamento permaneça aquém do necessário.

Diante disso, reforça-se a necessidade de ampliar a participação política de grupos historicamente marginalizados e de fortalecer os mecanismos de fiscalização, transparência e responsabilização no processo legislativo municipal. A ampliação do acesso à informação legislativa, a efetiva aplicação das cotas de gênero e o fortalecimento de iniciativas de formação política feminista são caminhos possíveis para o avanço de uma agenda legislativa mais equitativa e representativa. Por fim, este estudo contribui para o debate sobre a democratização do poder local, evidenciando a urgência de se enfrentar as barreiras institucionais, culturais e simbólicas que ainda limitam a inserção plena das mulheres e de outras identidades subalternizadas na arena legislativa.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas Eleitorais 2024**. Brasília: TSE, 2024. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 26 mar. 2025.

CELIS, Karen; CHILDS, Sarah; KANTOLA, Johanna; KROOK, Mona Lena. Rethinking Women's Substantive Representation. **Representation**, [S. l.], v. 44, n. 2, p. 99-110, jul. 2008.

CHAVES, Fabiana Nogueira; CÉSAR, Maria Rita de Assis. O Silenciamento Histórico das Mulheres da Amazônia Brasileira. **Revista Extraprensa**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 138-156, 19 ago. 2019.

GUIZZO, Fernando Henrique. Reconnectando Estado e Sociedade: participação e representação além do governo representativo. **Teoria e Cultura**, v. 11, p. 167-172, 2016.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MANO, Maíra Kubík. **Legislar sobre "mulheres": relações de poder na Câmara Federal**. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

MANSBRIDGE, Jane. Should blacks represent blacks and women represent women? A contingent "yes". **The Journal of Politics**, v. 61, n. 3, p. 628-657, 1999.

PEREIRA, Matheus Mazzilli; FARIAS, Camila Silva. Movimentos sociais em ação: repertórios, escolhas táticas e performances. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 631-657, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/49pPLHF6RMpnqqSnPg3HVTx>. Acesso em: 20 jul. 2025.

PIOVESAN, Flávia. Igualdade de gênero na Constituição Federal: os direitos civis e políticos das mulheres no Brasil. In: **Os alicerces da redemocratização**. Brasília, DF: Senado Federal: Instituto Legislativo Brasileiro, v. 1, p. 349-377, 2008.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 37-51, maio/ago. 2004.

PITKIN, Hanna. **The concept of representation**. Berkeley: University of California Press, 1971.

REZENDE, Daniela Leandro; ELIAS, Maria Lígia Ganacim Granado. Ideologia de gênero e crise da democracia na América Latina em debates legislativos no Brasil e no Uruguai.

Revista Brasileira de Ciência Política, v. 43, p. e278345, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/CY6hTFTY9RdsTbZgVgbC98g/>. Acesso em: 1 abr. 2026.

ROCHA, Marta Mendes da; D'AVILA FILHO, Paulo Mesquita. Política local e câmaras municipais: considerações acerca da representação política no nível local. **Revista de Sociologia e Política**, v. 32, p. e009, 2024.

ROCHA, Marta Mendes da; KERBAUY, Maria Teresa Miceli (org.). **Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014.

SACCHET, Tereza. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 399-431, 2012. Disponível em:

https://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-026X2012000200004&script=sci_abstract. Acesso em: 15 jul. 2025.

SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. Representação política das mulheres: uma revisão crítica da bibliografia. **Revista Katálisis**, v. 18, n. 1, p. 141-150, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1886-5286.2015v18n1p141>. Acesso em: 20 jul. 2025.

SARMENTO, Rayza; AMARAL, Larissa Evelyn da Matta. Produção legislativa sobre gênero na Amazônia: o caso da ALEPA entre 2003 e 2022. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 11, n. 2, p. 1-15, 2025.

SARMENTO, Rayza; SILVA, Maria Dolores Lima da; DUARTE, Ananda Ridart Ribeiro; PINHEIRO, Tamires Lúcia. Ao norte e à esquerda: trajetória das mulheres negras eleitas para a Câmara de Belém em 2020. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 14, n. 1, p. 115-142, 2023.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 2021. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan. *Gender: a useful category of historical analysis*. **The American Historical Review**, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, dez. 1986. DOI: 10.2307/1864376.

SILVA, Renata de Jesus; CARVALHO, Anderson. Mulheres na política: a participação das mulheres na Câmara Municipal de São Paulo. In: **Simetria**, São Paulo, n. 5, p. 37-46, [2017].

SOUZA, Ladyane; BIROLI, Flávia. Violência política de gênero: tipologia y

cuerpos-territorio en la experiencia de las diputadas federales progresistas brasileñas. **Revista Elecciones**, v. 22, n. 26, p. 19-52, 2023. Disponível em: <https://revistas.onpe.gob.pe/index.php/elecciones/article/view/309/84>. Acesso em: 1 abr. 2026.

STUCHI, Carolina; ALVES, Gabriela Paula Silva. **Presenças femininas nas Câmaras Municipais do ABC Paulista e seus efeitos nas políticas públicas locais**. [S. l.: s. n.], 2018.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 67, p. 191-228, 2006.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.